

# EM BUSCA DA DIGNIDADE: Migração, emprego doméstico e trabalho industrial de mulheres pobres na capital Fortaleza (1970-1990).

Jormana Maria Pereira Araújo<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo trata de um segmento de mulheres pobres na cidade de Fortaleza, Ceará, especificamente no mundo do trabalho, hierarquizando aspectos tais quais: migração campo-cidade, trabalho doméstico, trabalho industrial. Para isso realizo a análise à partir de suas memórias, debruçando-me sobre a experiência de sobrevivência na cidade bem como suas expectativas em busca da dignidade no trabalho. Para isso articulo duas categorias essenciais a esse debate: gênero e trabalho, embasando-me no campo da História Social do Trabalho a fim de tecer considerações sobre um debate contemporâneo essencial, em tempos correntes como o nosso de perda dos direitos.

*Palavras-chave:* Gênero, Memórias, Trabalho.

## Abstract

This article analyzes a segment of poor women in the city of Fortaleza, Ceará, specifically in the world of work highlighting these aspects: rural-urban migration, domestic work, industrial work. To realize this analysis through his memories, leaning me about the experience of survival in the city as well as their expectations in search of decent work. For this articulate two main categories in this debate: gender and work, basing myself in the field of Social History of Labour in order to make considerations about an essential contemporary debate, in current times as our loss of rights.

*Keywords:* Gender, Memory, Work.

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura - História, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), jormana\_araujo@yahoo.com.br.

## Introdução

Quando comecei a coletar os “dados” analisados ao longo desse artigo, imaginava pô-los em tabelas, problematizá-los em alguns parágrafos, e tudo estaria resolvido. Meu objetivo primeiro sempre foi analisar greves e processos de resistência promovidos pelas operárias têxteis da fábrica Santa Cecília, sujeitos do meu estudo durante o mestrado. Pois bem, vieram as entrevistas, e com elas, um relação tão profícua que não podia deixar de pensar no que dizia Paul Thompson (1992, p. 43) a respeito da construção da história oral como fonte de pesquisa: “um historiador que apenas se envolve com uma reminiscência casual coletará informações interessantes, mas desperdiçará a oportunidade de obter evidência crítica para a estrutura do debate e da interpretação histórica”.

6 A esse respeito, como poderia entender movimentos de contestação a “ordem do trabalho” aos quais elas estiveram presentes, perdendo de vista raízes culturais diversas, peculiaridades acerca de suas origens sociais, a trajetória em outros empregos, o modo de conceber o certo e o errado advindos das leis, mas também de costumes trazidos de um passado tão pouco longínquo? Incurreria ao contínuo equívoco dos historiadores de negligenciar a expropriação cotidiana, dando a entender que o espaço campo donde algumas delas provinham estava *lá* antes que o latifúndio se lhes impusesse, que a cidade estava *lá* antes que essas mulheres pobres, em geral mestiças, chegando aqui, iniciassem o dia de trabalho nas casas das “madames”, e posteriormente na fábrica têxtil Santa Cecília – como se migração, trabalho doméstico e trabalho industrial fossem uma “coisa” dada?

Percebe-se nesse fenômeno uma ação comum entre elas na cidade capital: vender a força de trabalho, e começaram na função de empregadas domésticas, desenvolvendo uma atividade não produ-

tiva, mas indispensável à reprodução do capital. Afinal, quem limparia a sujeira doméstica quando ninguém o queria fazer? “Rachadores de lenha e tiradores de água!”, em analogia a expressão analisada por Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2008) acerca dos mais degradantes ofícios realizados por homens e mulheres nos marcos do capitalismo em ascensão.

Destituídas de qualquer meio de produção, essas trabalhadoras adentram casas e condomínios localizados em regiões cujo metro quadrado é de exorbitante valor predial, vivendo relações em que muitas vezes se impõem a não distinção entre tempo livre – tempo de trabalho, vida pessoal – vida da família patronal, “presentes” – remuneração de direito. O objetivo aqui é lançar luz sobre uma “coisa” que não está *lá*, existe uma trajetória massacrante que elas buscam superar, almejando a função de operária na fábrica de tecidos imaginando ser melhor, mas que estava longe de sê-lo. Trato aqui, portanto, de um dos membros mais “frágeis” da estrutura demográfica através de suas memórias e nos marcos da experiência de classe.

Se para Ângela de Castro Gomes (1988, p. 8) os depoimentos podem oferecer ao pesquisador a contextualidade das opções tomadas pelos atores sociais dando novas “cores” ao perfil de personagens já conhecidos; se fomenta a interação entre a experiência pessoal e o fio histórico dos acontecimentos, possibilitando a revisão de dados e interpretações estabelecidas - tudo isso acontece sob um diálogo intenso com um corpo teórico-metodológico articulado.

Para compreender esses aspectos, me foi imprescindível a sensibilidade para com a análise dos depoimentos, paciência no processo de construção de entrevistas - donde a confiança é um aspecto fundamental, e refletir sobre a relação gênero-trabalho, tomando como referência as discussões que vêm sendo

travadas na história social desde os anos de 1980 no Brasil.

Segundo Ana Paula Vosne Martins (1997, p. 142), as possibilidades de diálogo e a crítica à aproximação entre classe e gênero acontecem à medida que percebemos classe social como processo histórico, com diferenças internas que levam a experiências igualmente diversificadas. Problematizar as diferenças de gênero, e ao mesmo tempo, compreender a luta entre interesses opostos de indivíduos que reconhecem ter experiências comuns, antecede, e dá natureza política as relações sociais de classe.

Em busca de compreender a especificidade gênero no processo de fazer-se classe dessas mulheres, procurei também entender suas experiências vividas quando adentram a fábrica têxtil Santa Cecília, já nos anos de 1980, enfatizando processos de resistência e luta contra os desmandos patronais na periferia do capitalismo - quando se fortalecia a transferência do polo industrial têxtil para o Estado do Ceará e os incentivos fiscais do Estado, diga-se de passagem, transferência de dinheiro público para os cofres dos industriais.

Como parte disso, a ideia comum entre elas pela escolha do trabalho “menos ruim”, e constante busca pelo “melhor” são características de uma memória que enxerga o passado em perspectiva, à luz do presente, e que será analisado a seguir.

***Você sabe o que é trabalho em casa de família? Tem que ter brasa no seio!***

*Meu estudo foi antes de eu trabalhar. Eu só fiz até a quinta série, parece mentira. Vim do interior e naquela época não é como agora. A aula era da prefeitura, era escolinha mesmo de prefeitura. Colégio mesmo, só para os ricos. Lá [Pacatuba]*

*só tinha um grupo [escolar] porque chamava grupo.*

*A vida no interior era a vida de sacrifício. Eu estudava, chegava em casa, fazia as minhas obrigações de ajudar a minha mãe, trabalhava em bordado, aquele de ponto de cruz. De manhã pra meio-dia eu ajudava. Ia pra escola de meio-dia pra tarde, quando eu chegava eu ficava trabalhando com luz de lamparina até dez horas da noite.*

*[Em Fortaleza], nas casas de família que eu trabalhava me prometeram que eu ia estudar. Mas na casa do pessoal, estudar? Eu fui foi trabalhar. O tempo foi passando, fui trabalhar e pronto. Hoje eu fico pensando, eu deveria ter estudado mais, ter tirado uma brechinha.<sup>1</sup>*

O depoimento de Maria das Dores Sampaio aponta vários matizes da vida de uma trabalhadora que nasceu na cidade de Pacatuba, tão próxima de Fortaleza. Faltava escola, água encanada, energia elétrica. Ainda menina, Dorinha, como gosta de ser chamada, vivia as dificuldades da vida em uma família de poucas posses, com as tarefas domésticas e de costura costumeiramente assumidas pelas mulheres da casa. Dorinha já acordava ajudando a mãe, depois é que ia ao grupo escolar. À luz de lamparina ia até dez da noite bordando para ganhar o sustento.

Com o tempo passou a almejar um emprego, e nos anos de 1980 vem para Fortaleza. O primeiro trabalho na cidade foi de empregada doméstica. Teria patrão, patroa, mas nenhum direito trabalhista. No começo, a promessa de um tempo sobrando para ir à escola; contudo, a infindável labuta de uma casa de

<sup>1</sup> SAMPAIO, Maria das Dores (Dorinha). Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (50 minutos).

família foi minando suas expectativas. Essa trajetória de Maria das Dores não é algo particular, episódico. É comum a maioria das operárias da fábrica Santa Cecília<sup>2</sup> que entrevistei. A mudança para a cidade capital é acompanhada da esperança de um futuro melhor, uma sedução se impera, como analisa Rosilene Alvim (1997), mas a mudança quase sempre não significava melhoria de vida.

Muito semelhante é a história de Teresinha Alves. Nascida em Fortaleza, no bairro Montese, ainda menina começou a trabalhar como empregada doméstica. Isto porque com o falecimento do pai, a família (de cinco pessoas) passou a viver apenas com o salário de um irmão que trabalhava na fábrica Santa Cecília; ganho salarial insuficiente para o sustento de todos. À pedido da mãe, Teresinha, a filha mais velha, teve que começar a se virar para viver:

8

*Fui criada sem pai e sem mãe, meu pai morreu eu tinha seis anos, minha mãe morreu eu tinha dezessete anos. A gente tinha que se virar pra viver. Eu fui pra casa de família, depois não deu certo. Você sabe o que é casa de família, tem que ter brasa no seio. E a gente tem que procurar o melhor. Eu entrei na fábrica em sessenta e cinco e trabalhei até noventa; noventa eu me aposentei.*<sup>3</sup>

Foi no emprego doméstico onde Teresinha iniciou sua trajetória de trabalho. Mas ela não gostava, daí o desabafo

<sup>2</sup> Fábrica de fiação, tecelagem e acabamento instalada na cidade de Fortaleza na década de 1940, componente de grupo empresarial de nome Unitêtil, e uma das grandes beneficiárias dos recursos estatais advindos da SUDENE. Nas décadas de 1980 e 1990 empregava de modo direto, cerca de 2.000 operários. Entre seus acionistas majoritários, a família empresarial Leite Barbosa/Pinheiro.

<sup>3</sup> ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

ressentido: *tem que ter brasa no seio!* O dito é impactante. Ainda mocinha, aquele ambiente se tornou insuportável a tal ponto, que ficava aos prantos toda vez que sua mãe insistia que fosse trabalhar. Teresinha rememora que certo dia seu irmão, diante de sua angústia, diria que “naquela casa havia um homem, e ele é que sustentaria a família”. Pouco tempo depois, Raimundo, como se chamava seu irmão, falou com um supervisor da fábrica para uma vaga como estagiária auxiliar de fiação para Teresinha.

Trabalhando desde pequena, Maria Bezerra se lembra do tempo em que acordava de madrugada para a labuta na roça, *puxando enxada*, lá no interior de Aracoiaba. Ao final dos anos de 1970 migraria para a capital em busca de melhores condições após o nascimento da filha:

*Eu sou Maria Bezerra Paulo. Nasci e me criei em Aracoiaba, cheguei em Fortaleza no começo de 74, eu tinha 19 anos. Eu vim pra Fortaleza, não para estudar, na verdade, nem meu nome eu sabia fazer quando eu cheguei. Eu me criei na fazenda trabalhando mesmo, puxando enxada, aquela coisa toda, acordando quatro horas da manhã. E por conta de eu ter engravidado muito cedo, com 19 anos na fazenda onde eu morava, ou você casava, ou então não ficava, entendeu. E quando aconteceu, o rapaz foi embora. Quando ele voltou, eu não queria mais casar com ele por conta de que eu entrava por uma porta e ele saía por outra. Isso não era casamento, pra uma menina de 19 anos.*

*Eu pra ficar lá, você sabe que nos anos setenta a coisa era bem crítica em relação à mulher. Então eu resolvi ir embora. Meu pai ficou com a minha filha lá, pra não sair da terra. Quando eu cheguei aqui, eu fui pra casa de família mesmo. Comecei a*

*estudar, e acabei aprendendo a fazer o nome. Depois fui tentar outra coisa, uma coisa melhor. Tirei documento, fui pra fábrica de castanha lá no [bairro] Antônio Bezerra. Fui lá, fiz o teste, passei, mas a situação lá era mais ruim do que os têxteis. A vida pra mulher lá era difícil, o cheiro era muito forte, o cheiro do óleo. O tempo que você passa ali você fica sentindo aquele cheiro, sabe, aquela gastura, aquela coisa enjoenta. Eu acabei ainda passando um ano. Vim pra casa, arranjei outro companheiro, engravidei de novo, e tive meu segundo filho. Quando meu filho tava com um ano e meio, fui para a Unitêxtil.*<sup>4</sup>

Na ocasião deste depoimento os filhos já se encontravam ao lado da operária. O passado, contudo, traz lembranças de uma longa e difícil trajetória: o penoso trabalho no campo, a exclusão social em virtude do rompimento dos costumes, a migração forçada e solitária, a preocupação com a família que tirava o sustento da terra. De propriedade do patrão, uma fazenda onde certamente os ganhos eram poucos, e o trabalho penoso.

Em Fortaleza, o caminho conhecido: trabalhar na casa dos outros, em casa de família como elas dizem, referindo-se a lembrança do emprego doméstico; a ida à escola, com o intuito de aprender a fazer o nome, e com os olhos postos *numa coisa melhor*. No caso de Maria Bezerra, o primeiro emprego na indústria aconteceu ao lado de centenas de mulheres, operárias numa fábrica de castanhas. As terríveis condições de trabalho das mulheres “castanheiras”, a precarização, pode ser aquilatada nesta notícia publi-

cada no jornal O Povo quando da morte de mulheres na Usina Lindoya:

*Nada menos de 600 mulheres que trabalhavam na Usina Lindoya Ltda, cuja caldeira explodiu no dia 5 último matando dez pessoas, foram demitidas, e durante a tarde de ontem muitas delas se postaram defronte ao portão da fábrica para receberem suas indenizações.*<sup>5</sup>

Falta de manutenção da caldeira, exposição das operárias ao perigo, à morte, e a usurpação dos direitos dão o retrato da vida difícil das operárias nas fábricas de castanha em Fortaleza. Um cotidiano fabril “empestado” pelo cheiro insuportável de óleo que “dava gastura” e mal-estar constante eram algumas características da indústria de castanhas que empregava centenas de trabalhadoras na produção. A expectativa de “coisa melhor” se traduzia em sofrimento cotidiano.

Como podemos observar, são histórias de trabalhadoras que viveram uma vida de muitas agruras – a “gente tinha que se virar pra viver”, parecia uma sina. Vindas de Aracoiaba, Pacatuba, e vários outros lugares do interior do Ceará; eram muito jovens, quase meninas, e saíam de casa sonhando com uma vida melhor, quiçá chegar à escola. “*Nem meu nome eu sabia fazer quando cheguei em Fortaleza*”, é a lembrança comum a essas experiências de migração forçada pelas circunstâncias aqui demonstradas. Na cidade grande, lugar onde se vislumbrava uma vida melhor, o que quase sempre lhes reservava na travessia era um minúsculo quartinho de empregada, um cantinho num bairro ao longe, e com alguma sorte podiam até aprender a fazer o nome.

Para Liana Casimiro (1987, p. 29), a segunda metade do século XX no Ceará pode ser caracterizada por um duplo

<sup>4</sup>BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

<sup>5</sup> Jornal O Povo, 19 de março de 1985.

processo na história dos pobres: expulsão dos trabalhadores das áreas rurais e intensificação da urbanização nas capitais. Em Fortaleza a oferta de postos de trabalho não cresceria na proporção da crescente demanda. O quadro ocupacional era débil, a rotatividade nas ocupações predominava e continuavam muito baixos os salários, principalmente nos setores industriais têxtil, de vestuário e alimentos – os que mais absorviam trabalhadores na produção.

Ao analisar empregos domésticos durante o ano de 1979 em Fortaleza, a desvalorização, a relação patroa-empregada bem como essa função como típica das mulheres nordestinas pobres, Zaira Ary Farias (1980, p. 135) observa:

*No discurso das empregadas domésticas, apareceu bem evidente o incômodo, quase estigma, que sentem por terem que trabalhar na casa dos outros. Há como que, marcadamente, uma dupla estranheza que decorre de sua função ocupacional. É como se dissessem: isto é um trabalho, mas não é um emprego, pois emprego é um trabalho que se executa a troco de remuneração, na esfera pública e não nas casas de família – lugar de consumo, de uso, de cotidiano privado de pessoas integradas por vínculos de parentesco ou vínculos econômicos (receitas e despesas postas em comum). A “empregada”, atualmente, mantém um vínculo especial – assalariamento – trabalhando nas casas (!), dos outros (!). E, no entanto, conforme depoimento de muitos de nossos entrevistados (empregadas e patroas), as empregadas domésticas repudiam esta condição e mesmo o nome de “domésticas”.*

As funções da empregada doméstica numa casa são várias: cozinheira, babá, copeira, arrumadeira, faxineira, entre outras. O serviço estabelecido pode

ser ampliado a cada momento, a depender das demandas domésticas que vão surgindo e das alterações de rotina no cotidiano. Face aos abusos e completa ausência de direitos e mínimas garantias trabalhistas, também não há fiscalização. Na atualidade, estes aspectos são alvo de debates, em razão da votação da Emenda Constitucional 66/2012, que garante àquelas empregadas os direitos de qualquer outro trabalhador.

O estudo de Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte (1980, p. 144-5) caracteriza o emprego doméstico no enquadramento de trabalho informal, vista a ausência de quaisquer vínculos e direitos no âmbito trabalhista:

*Atividade especial pela importância que detém e pela forma peculiar e ainda tão primitiva que assume, entre os serviços de que uma unidade domiciliar necessita para sua boa administração, é o caso dos serviços prestados por empregados domésticos. Serviços que são informais por excelência – em Fortaleza, como, de resto, em quase todo o Brasil –, na medida em que envolve relações de trabalho soltas, imprecisas, sujeitas a arbitrariedades e fundeadas ao largo do esquema que governa a contratação de mão-de-obra, por exemplo, numa fábrica, num banco ou numa repartição pública.*

Na pesquisa realizada ao longo da década de 1970, os autores constataram ainda a existência de uma média de 10 empregadas domésticas para cada 28 famílias, acreditando, porém, que esses números fossem bem maiores em virtude da prática de agregação do “filho de criação” ou “afilhada” nestas formas não contratuais de trabalho.

Quanto ao pagamento de salário em dinheiro, são obscuras as informações quanto ao dispêndio em valores mensais à medida que a burla dos direitos pelos

patrões incluem “gastos” relativos à moradia, alimentação e outros “benefícios”. Importa ressaltar que os descontos em função dos ditos “benefícios”, na maior das vezes, diziam respeito aos descontos efetuados das peças de roupa do guarda-roupa da patroa, dos produtos de higiene pessoal e outras compras ordinárias trazidas do supermercado. Nada que representasse dispêndio significativo, ou que implicasse em alteração nas relações interpessoais. A empregada é quase sempre vítima de humilhações, exposta às mudanças de humor do patrão e dos seus filhos, tendo que aturar expressões do tipo: “conheça seu lugar!”, a frase mais recorrente na fixação dos papéis e do lugar subalterno da doméstica.

Para os anos de 1980, podemos observar nos dados estatísticos do Sistema Nacional de Emprego (SINE) que as trabalhadoras se mantinham no subsetor serviços, em especial no segmento informal da economia: 28,6% da população feminina estava ocupada como empregada doméstica.<sup>6</sup> Abandonar essa vida e conseguir uma vaga na fábrica passa a ser uma aspiração nas trajetórias aqui examinadas. Para essas mulheres, a esperança era o que prevalecia quando almejavam a carteira assinada, a conquista dos direitos, as leis trabalhistas como promessa de inclusão no trabalho formal.

Lúcia Maria Feitosa quando veio para Fortaleza em busca de trabalho, tinha como objetivo imediato ajudar materialmente no tratamento de saúde da mãe. Também começaria sua vida na cidade como empregada nas “casas de família” e, em seguida, como terceirizada de uma empresa do ramo de limpeza em telefones residenciais. É de se imaginar seu sofrimento num trabalho de atendimento a domicílio sem conhecer a cidade. Quantas vezes terá se perdido em

ruas estranhas, indo de um lado a outro para tentar achar a casa do próximo cliente da lista. Logo iria em busca de outro trabalho.

### Em Busca do “Melhor”?

Aos poucos, Lúcia Maria foi descobrindo a localização das fábricas, indo até à Mundica Paula (fábrica de confecções) e à Santa Cecília, ambas localizadas no bairro Montese, em busca de vaga. Na primeira preencheria ficha; na segunda, aguardaria na porta do Cotonifício, dia após dia uma chance:

*Eu morava em Quixadá. Eu vim pra cá com dezesseis anos porque eu precisava ajudar a minha mãe e o meu pai. Naquela época a gente não sabia o que era pressão alta, e tive que trabalhar para ajudar ela porque naquela época as coisas eram muito difíceis no interior. Eu precisava trabalhar pra comprar os remédios dela. Comecei a trabalhar em casa de família, o nome da mulher era até Erismar. Quando era no fim de semana que eu recebia dinheiro, eu ia deixar no interior pra ajudar meu pai e minha mãe.*

*Depois eu fui trabalhar na Teleceará. Era pra limpar os telefones nos apartamentos, e eu não sabia andar aqui [na cidade], eu era do interior, não conhecia as ruas. Trabalhei ainda um ano, fiz a inscrição na Mundica Paula só que não me chamaram. Depois eu fui lá na Unitêxtil, e todo dia eu ia lá pra vê se tinha vaga. Lá tinha uma supervisora que teve um momento que ela teve tanta pena de mim, acho que não tinha mais nem calçado de tanto eu ir pra fábrica, ela disse: “mulher, todo dia você vem aqui. Surgiu uma vaga na sala de*

<sup>6</sup> **Força de Trabalho Feminina no Município de Fortaleza:** caracterização geral. Fortaleza. SINE/CE, 1985.

*pano cru e o supervisor lá é Zé Maria”. Eu fiquei morta de feliz.*<sup>7</sup>

A dura vida de trabalho começa muito cedo para os pobres. Falta alimento em casa, remédio para aliviar as doenças dos mais velhos; sobram necessidades e falta perspectiva. Tudo isto faz com que busquem na cidade grande algum ganho muitas vezes incerto nas “casas de família”, quando a “esperança” se volta ao horizonte de um emprego que lhes retire da sujeição do trabalho doméstico. Como aquilo não era vida, a fábrica aparecia a elas como uma “salvação”.

Lúcia Maria, assim como vários outras mulheres, faz parte da estatística de migrantes para a capital Fortaleza. Num estudo publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, nos anos de 1960, foi possível detectar que numa amostra de mil habitantes, 827 eram migrantes contra 173, que se afirmavam naturais de Fortaleza. Dentre os entrevistados, também foram contabilizadas porcentagens relativas ao sexo. Elas são 61% dos migrantes e justificam que “motivos familiares”<sup>8</sup> as fizeram sair da terra natal. É bem possível que tenham acompanhado marido e/ou familiares em busca de trabalho.

Para o caso das operárias têxteis por mim entrevistadas, ao apresentarem sua origem e ocupações anteriores, pude analisar na trajetória de suas vidas a percepção sobre as tarefas executadas, e observar que as imposições da sobrevivência muitas vezes empurravam-nas para atividades mais precarizadas e pior remuneradas na cidade grande. Estes

aspectos são imprescindíveis à compreensão de suas experiências no mundo do trabalho fabril, o modo como se comportaram perante as chefias e companheiros de seção, as formas de se moverem num espectro de possibilidades tão reduzidos, mas passíveis de algumas escolhas.

Se muitos dos trabalhos pelos quais passaram essas mulheres em estudo foram temporários, o mesmo aconteceu a vida escolar, em geral, restrito ao tempo da infância. Em Fortaleza, os dados relativos ao ano de 1985 apontam que as operárias têxteis (futura ocupação das entrevistadas), entre 25 e 30 anos de idade, possuíam escolaridade média reduzida ao primário.<sup>9</sup> Na década seguinte (anos 1991 e 1995), a situação não se modificava: 34,76% era o percentual de mulheres com idade entre 20-29 anos com apenas o ensino fundamental, incompleto.<sup>10</sup> De modo geral, alegavam “problemas domésticos e/ou familiares”.<sup>11</sup> Contudo, a prematura entrada de mulheres no mercado de trabalho não seria também um imperativo a baixa escolaridade? Certamente, e é o que vimos entre as operárias têxteis da fábrica Santa Cecília em estudo.

Assim percebo que com formação escolar mínima, as mulheres eram as mais requisitadas pela indústria durante este período: elas ocuparam 20,98% das vagas contra 17,21% de homens em 1991. Mantiveram-se maioria em 1995, 13,53% contra 12,86% para homens. Tal situação confirmava a hipótese do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) de que entre os cinco primeiros anos da década de 1990

12

<sup>7</sup> FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

<sup>8</sup> **As Migrações para Fortaleza.** Governo do Estado do Ceará. Publicação do Departamento de Imprensa Oficial, da Secretaria de Administração de Fortaleza, Ceará. Pesquisa encomendada ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

<sup>9</sup> SENAI. **Relatório da Pesquisa sobre Inovações Técnicas na Indústria Têxtil.** Fortaleza: Departamento Regional do Ceará, 1987, p. 26.

<sup>10</sup> **A Mulher no Mercado de Trabalho:** perfil socioeconômico. Fortaleza – Ceará: SINE/CE, 1995.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 29.

havia uma maior participação da mulher no mercado de trabalho em Fortaleza.<sup>12</sup>

Contudo, esse estudo não especifica os setores da indústria, dificultando uma observação geral das funções ocupadas pelas mulheres. Todavia, devemos levar em consideração que as operárias que se empregaram na Santa Cecília durante as décadas de 1980 e 1990, de um modo geral, eram parte daquela estatística.

Aqui, passo a analisar o processo de seleção de mulheres para o ingresso na fábrica, em destaque, a têxtil Santa Cecília. Tal seleção requeria uma série de exames médicos, de gravidez, além da aplicação de testes que “mediam” habilidade, agilidade; os requisitos próprios da racionalização do trabalho fabril:

*Foi lá na Casa Preta que lá você tinha todo esse atendimento, psicotécnico, pra você testar as habilidades. Lá a gente fazia esses testes e fazia exames médicos, de admissão. Lá era pra todo o Grupo Unitêxtil. Lá dentro tinha uma casa, ela era pintada de preto mesmo, sabe. Os trabalhadores apelidaram de Casa Preta. De lá é que você ia, depois de passar por aquele processo, pronto e aprovado, é que você ia lá preencher as fichas, e passar pelos três meses de estágio lá.<sup>13</sup>*

Ao pesquisar a forma como aconteciam as contratações em estabelecimentos têxteis em Fortaleza, Elizabeth Fiúza Aragão (1983, p. 135) observou a existência de práticas que privilegiavam candidatos com parentes empregados nas fábricas; não havendo por parte dos empresários, forte preocupação em for-

malizar o recrutamento da força de trabalho. Na fábrica Santa Cecília, o emprego do operariado acontecia de ambos os modos.

Para as operárias tudo aquilo era novo. Durante o depoimento de Vera Mariano houve até confusão acerca da nomenclatura dada aos testes, terminando por afirmar que na época foi considerada apta para trabalhar na seleção de tecidos. Para Maria de Lourdes, quando selecionada para trabalhar na limpeza dos escritórios da fábrica, aos quarenta e cinco anos, a surpresa aconteceu quando lhe foi exigido teste de gravidez!<sup>14</sup>

Segundo o SENAI, vários eram os requisitos adotados pela indústria têxtil cearense no processo de recrutamento: “o caráter físico e mental da mulher, descartando quaisquer características sociais – como capacidade de liderança, flexibilidade e poder de decisão”; privilegiando-se adequação física baseada na estatura, resistência física e habilidade manual; coordenação motora, concentração, paciência, calma,<sup>15</sup> e não estar grávida. Com estas características o Serviço Nacional da Indústria considerava-as aptas ao trabalho fabril têxtil. Experiência e conhecimentos anteriores são descartados.

A apreciação de tais requisitos também foi observada quando da seleção de Vera Lúcia. Ela lembra que ao buscar emprego na Santa Cecília, mesmo com a indicação de um antigo chefe da fábrica Santa Teresa, unidade industrial pertencente ao mesmo empresário, não foi liberada dos testes: “quando eu quis ir, liguei para o Seu Jarbas, ele me chamou, eu fiz os exames e entrei. [Eram] exames médicos, de ouvido, de audição para saber se

<sup>12</sup> SENAI. **Relatório da Pesquisa sobre Inovações Técnicas na Indústria Têxtil**. Fortaleza: Departamento Regional do Ceará, 1987, p. 27.

<sup>13</sup> MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

<sup>14</sup> PEREIRA, Maria de Lourdes. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (50 minutos).

<sup>15</sup> SENAI, *op. cit.*, p. 27.

você tem problema no ouvido, dentário. E teste de gravidez.”<sup>16</sup>

Após alguns anos de trabalho numa fábrica têxtil, era importante para os chefes da Santa Cecília a confirmação de boas condições de saúde, notadamente relativos aos sentidos da visão e audição, e ao estado geral dos pulmões, pois sabiam os patrões do grau de insalubridade no ambiente fabril e do quão rapidamente os trabalhadores eram acometidos pelas doenças do trabalho: surdez, problemas de vista, doenças respiratórias, tuberculose, entre outras. Através de “exames admissionais” ou de testes práticos, podemos observar que as operárias são sempre esquadrihadas durante o ingresso na fábrica. Os critérios são muito difusos, ao contrário do que ocorria noutra fábrica de tecidos também localizada em Fortaleza, de nome Finobrasa, que visava atender aos aspectos da ordem do capital, como a exigência da altura para o trabalhador se ajustar à engenharia da máquina, como bem analisa Francisco Alexandre Gomes (2012).

Analisando essas trajetórias de vida, cujas idas e vindas, visam suscitar a percepção do mundo do trabalho de modo processual, o foco se volta para os sujeitos em perspectiva, e não apenas para situações de intenso conflito de classe (a greve também não é um dado!). Foi partindo dessas mulheres pobres na capital Fortaleza, uma vez selecionadas e por mim entrevistadas - cujo critério inicial foi a ansiedade em conhecer o trabalho fabril feminino na fábrica Santa Cecília, e a sorte de estar no sindicato no momento em que aparecia a operária Teresinha Alves Bezerra para uma reclamação trabalhista de um período anterior, que passei a construir uma rede de pessoas dispostas a falar sobre o passado, voltado eminentemente para o trabalho,

mas que não se reduzia a simples quatro paredes.

Do horizonte fabril tive a oportunidade de visualizar um processo que se desencadeou num tempo um pouco mais recuado: e como foi antes de entrar na fábrica? A pergunta nem veio na primeira entrevista, mas o “conteúdo processual” se tornou tão comum nos depoimentos que se seguiram, logo se deu a perceber. Tratava-se de um encadeamento de palavras que pareciam fugir do meu foco (trabalho), mas que ao fim percebi sua interligação a ele, pois lançava luz para o elemento humanidade que por vezes esquecemo-nos, daí, as expectativas pessoais, a percepção de dignidade, as relações familiares e de amizade, em tempos que exigiam o desprendimento da terra, do lugar, rumo à capital, e vale destacar, nem eram tempos de seca!

### Conclusão

Através das memórias das operárias da fábrica Santa Cecília, passado e presente se entrecruzam, tecendo considerações sobre uma difícil e penosa trajetória de vida. Como foi possível observar, ao almejam melhores condições de vida na cidade, essas mulheres encontraram nos empregos doméstico e fabril, meios de sobrevivência. Trabalhos que num caso ou noutro eram bastante precarizados, pouco valorizados socialmente, mas imprescindíveis à reprodução do capital.

Pode-se perceber também que num universo tão restrito de possibilidades, a palavra de ordem entre elas era “buscar o melhor”, o que possibilita interpretar a existência alguma margem de seleção da parte delas, tornando-se integrantes de uma classe trabalhadora heterogênea, componentes de uma grande fábrica de tecidos na capital, cuja resistência deve também ser compreendida, ainda que não de modo determinado, através dessa trajetória de vida. Aqui também, o pontapé inicial para o entendimento da resistência ao trabalho que

<sup>16</sup>MENDES, Vera Lúcia. Entrevista I [nov. 2009]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2009. Arquivo mp3 (90 minutos).

impactava ditando novas noções de tempo, disciplina, rotina, e esforço repetitivo a renegar todo conhecimento e modos de vida adquirido anteriormente.

Na dissertação de título: “Tecendo Memórias: resistência e luta das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília (1999-1992)”, eu, Jormana Araújo (2013) analiso a documentação sindical do período, e logo me chamou atenção a presença de mulheres com reivindicações de classe e de gênero. Entre as integrantes: Maria Bezerra Paulo, Vera Mariano (aquí citadas) e várias outras operárias pertencentes às demais fábricas de tecidos localizadas em Fortaleza. Daqui, a criação da Secretaria de Assuntos da Mulher, de seminários, de diálogo com operárias que não estavam no sindicato e com outras categorias onde a presença feminina era marcante.

No mundo sindical ou no chão da fábrica, aquelas mulheres viviam os meandros da luta de classes, às vezes de forma direta, em confrontos abertos como costumamos ver nas greves, às vezes nas “negociações miúdas” com seus chefes; cujos processos de resistência eram alimentados ora pelo medo de perder o pouco conquistado, ora pela necessidade de continuar sobrevivendo. Os estudos realizados por James Scott (2013) são bastante elucidativos para compreendermos a ação dos dominados, uma vez que para ele a resistência tem origem não apenas na apropriação material, embora ela tenha destaque, mas também nos mecanismos de humilhação pessoal que caracterizam essa exploração. Compreender as negociações e as greves lá adiante, requerem o entendimento de que a própria resistência é também produto de um acúmulo de humilhações, de expectativas minadas, e de uma série embates que retiram do (a) trabalhador (a) a minúscula dignidade ainda nele (a) existente.

## Bibliografia

- ALVIM, Rosilene. **A Sedução da Cidade:** os operários – camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- ARAGÃO, Elisabeth Fiúza. **Relações de Trabalho na Indústria de Fortaleza.** Fortaleza: UFC, v. 2, 1983.
- ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. **Tecendo Memórias:** resistência e luta das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília (1988-1992). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- CASIMIRO, Liana. Mercado de Trabalho, Condições de Vida e Relações de Poder na Região Metropolitana de Fortaleza. **Revista Espaço & Debates.** Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano 7, p. 26-52, 1987.
- CAVALCANTI, Clóvis; DUARTE, Renato. **À Procura de Espaço na Economia Urbana:** o setor informal de Fortaleza. Recife, SUDENE/FUNDAJ; Brasília. M.T., 1980.
- FARIAS, Zaira Ary. **Trabalho Doméstico e Emprego Doméstico:** duas faces do ‘cativo’ feminino – donas de casa e empregadas domésticas em Fortaleza, 1979. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1980.
- GOMES, Ângela de Castro. **Velhos Militantes:** depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.
- GOMES, Francisco Alexandre. **Um Fio da Meada:** experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987 – 1991). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A Hidra de Muitas Cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário. Tradução:

Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de Diálogo: classe e gênero. **Revista História Social**, Campinas, v 4, n 5, p. 135-156, 1997/1998.

SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: Apresentação de Fátima Sá e Melo Ferreira. Tradução: Pedro Serras Pereira. 1ª. edição. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. História Social do Trabalho e História das Mulheres: percursos da historiografia brasileira. **Historien**, Petrolina, v 2, jan. - mar. 84-102, 2010.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária Tem Dois Sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Renato Bussatto Neto; Cláudia Rocha de Almeida. Volumes I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.